

ESCRITOS DE
PSICOLOGIA,
EDUCAÇÃO E
CULTURA

volume II

Juliana de Castro Chaves
Mona Bittar
Virginia Sales Gebrim
(organizadoras)

ESCRITOS DE
PSICOLOGIA,
EDUCAÇÃO E
CULTURA

volume II



Faculdade
de Educação



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Escritos de psicologia, educação e cultura, volume 2 / Juliana de Castro Chaves, Mona Bittar, Virginia Sales Gebrim , (organizadoras) . – Campinas, SP : Mercado de Letras, 2015.

Vários autores

Bibliografia.

ISBN 978-85-7591-393-2

1. Educação 2. Educação e cultura 3. Professores – Formação
4. Psicologia educacional 5. Sociologia educacional I. Chaves, Juliana de Castro. II. Bittar, Mona. III. Gebrim, Virginia Sales.

15-10490

CDD-306.43

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação e cultura : Sociologia educacional 306.43
2. Educação e sociedade : Sociologia educacional 306.43

capa e gerência editorial: Vande Rotta Gomide
preparação dos originais: Editora Mercado de Letras

DIREITOS RESERVADOS PARA A LÍNGUA PORTUGUESA:

© MERCADO DE LETRAS®

VR GOMIDE ME

Rua João da Cruz e Souza, 53

Telefax: (19) 3241-7514 – CEP 13070-116

Campinas SP Brasil

www.mercado-de-letras.com.br

livros@mercado-de-letras.com.br

1ª edição

NOVEMBRO/2015

IMPRESSÃO DIGITAL

IMPRESSO NO BRASIL

Esta obra está protegida pela Lei 9610/98.
É proibida sua reprodução parcial ou total
sem a autorização prévia do Editor. O infrator
estará sujeito às penalidades previstas na Lei.

SUMÁRIO

Apresentação A RELAÇÃO ENTRE INDIVÍDUO, SOCIEDADE E CULTURA E SUAS INTERFACES COM A PSICOLOGIA E A EDUCAÇÃO	9
--	---

FORMAÇÃO, CULTURA, ESTADO E SUBJETIVIDADE

O <i>ETHOS</i> DA TEORIA CRÍTICA	29
<i>Rodrigo Duarte</i>	

RAZÃO E DES-RAZÃO OU COMO SAIR VIVO DAQUI?	51
<i>Anita C. Azevedo Resende</i>	

CAPITALISMO DOS MONOPÓLIOS E INDÚSTRIA CULTURAL: FORMAÇÃO DO SUJEITO SUJEITADO.	63
<i>Juliana de Castro Chaves</i>	

DIALÉTICA HISTÓRICA DA CULTURA. UM COMENTÁRIO CRÍTICO AO TEXTO TEORIA DA SEMIFORMAÇÃO, DE THEODOR ADORNO	97
<i>Verlaine Freitas</i>	

A PSICANÁLISE FREUDIANA FRENTE
AOS DESAFIOS DA CLÍNICA NA
CONTEMPORANEIDADE 119
*Leilyane Oliveira Araújo Masson e
Maria Fernanda Fernandes da Silva*

A JUSTIFICAÇÃO IDEOLÓGICA DO ESTADO BURGUEZ:
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES A PARTIR DE HOBBS,
ROSSEAU, LOCKE E TOCQUEVILLE 137
Maria Augusta Peixoto Mundim

PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO

A PSICOLOGIA COMO INSTÂNCIA FORMATIVA 169
Marília Gouvea de Miranda

ARMADILHAS E ILUSÕES DOS LIVROS DE
AUTOAJUDA INFANTIL NA EDUCAÇÃO ESCOLAR. 183
Sheila Daniela Medeiros dos Santos

A ESCUTA DE CRIANÇAS SOBRE
SUAS EMOÇÕES NA ESCOLA 219
*Ana Rita Silva Almeida e
Romilson Lopes Sampaio*

OS DOMÍNIOS FUNCIONAIS NA TEORIA DE WALLON:
UMA POSSIBILIDADE DE PENSAR A PERSONALIDADE
NÃO FRAGMENTADA. 239
Soraya Vieira Santos

AS CONEXÕES DA PSICOLOGIA NA EDUCAÇÃO:
A PERSPECTIVA DE THORNDIKE 269
Virginia Sales Gebrim

AÇÕES AFIRMATIVAS E TRAJETÓRIAS ACADÊMICAS:
DILEMAS E DESAFIOS DOS ESTUDANTES NA UFG 285
*Edna Mendonça Oliveira de Queiroz e
Gina Glaydes Guimarães de Faria*

FORMAÇÃO DE PROFESSORES

A RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA NAS ABORDAGENS
CONTEMPORÂNEAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES:
UMA ANÁLISE CRÍTICA. 309

Luéli Nogueira Duarte e Silva

EDUCAÇÃO E IMPRENSA: O MOVIMENTO
DOCENTE PROJETADO PELA *FOLHA DE S. PAULO*
NO PERÍODO DE ABERTURA POLÍTICA NO BRASIL –
HISTÓRIA E PERSPECTIVAS. 329

*Geisa Nunes de Souza Mozzer e
Paulo Winícus Teixeira de Paula*

O PIBID DE PSICOLOGIA NO ENSINO MÉDIO:
A FORMAÇÃO DO PROFESSOR EM QUESTÃO 353

*Jordana de Castro Balduino e
Luéli Nogueira Duarte e Silva*

SOBRE OS AUTORES. 369

Apresentação
A RELAÇÃO ENTRE INDIVÍDUO,
SOCIEDADE E CULTURA E SUAS INTERFACES
COM A PSICOLOGIA E A EDUCAÇÃO

Poder-se-ia objetar que a consideração sociológica tende, uma vez mais, a reduzir o homem a um mero ser genérico, se bem que um ser genérico de uma ordem bastante elevada, fazendo dele, nesse nível, um representante impotente da sociedade. Esta objeção é ponderável e deve ser levada em consideração; o conceito puro de sociedade é tão abstrato quanto o conceito puro de indivíduo, assim como o de uma eterna antítese entre ambos. Mas o certo e o errado de um e outro momento, a sua substância e a sua mera aparência, não se deixam determinar completamente ao nível dessas generalizações, tornando-se necessária a análise das relações sociais concretas e da configuração concreta que o indivíduo assume nessas relações.

Max Horkheimer e Theodor Adorno

A análise da dialética entre indivíduo, sociedade e cultura é referência básica para a crítica à socialização radical do indivíduo na sociedade administrada, à dominação da natureza, à reificação da consciência humana e à sociedade burguesa, na qual o indivíduo se desenvolve cada vez mais, o destrona, dissolvendo-o em uma totalidade irracional da qual ele fica intimamente dependente.

Essa relação não é linear; ao contrário, apresenta um componente de tensão entre vida coletiva e vida individual, entre o que é subjetivo e o que é objetivo. O indivíduo não é um universal no qual o particular se dissolve, nem um ente ontológico, nem uma categorização puramente lógica sem relação com a pessoa humana concreta. O indivíduo não é um ser fechado em si mesmo, autossuficiente e extrassocial, mas, de acordo com Comte, é uma categoria da sociedade e, por isso, extrapola a natureza biológica (Horkheimer e Adorno 1978). Assim, o indivíduo só encontra sua natureza verdadeiramente humana quando mediado pela sociedade e pela cultura.

Segundo Horkheimer e Adorno (1985), o protótipo da supervalorização do indivíduo solitário deve ser criticado. Esse protótipo está personificado em dois heróis: Ulisses, o navegante do mundo, e Robinson Crusóé, o fabricante solitário. Nos dois, encontra-se a solidão do indivíduo burguês criada por um processo de socialização que enfatiza seu isolamento em detrimento de sua relação com a sociedade. Eles personificam traços da coletividade, mesmo os omitindo, e funcionam como justificção ideológica da supremacia social da economia capitalista quando, em nome da impotência em face da natureza, realizam a dominação, enaltecendo-se como descobridores corajosos orientados por uma *ratio* soberana. Assim definidos, esses aventureiros representam a ilusão dos que consideram que, por serem senhores, estão ilesos do controle, da opressão e da própria submissão:

Ulisses e Robinson têm ambos a ver com a totalidade: aquele a percorre, este a produz. Ambos só se realizam em total separação de todos os demais homens. Estes só vêm ao encontro dos dois em feição alienada, como inimigos ou como pontos de apoio, sempre como instrumentos, como coisas. (Horkheimer e Adorno, 1985, pp. 66-67)

A concepção de que o indivíduo é constituído por si mesmo é ideológica e encobre as condições objetivas da sociedade. Do

mesmo modo, o indivíduo também não pode ser reduzido a um mero exemplar do gênero, atribuindo-se a ele, portanto, uma importância subalterna. Essa ideia é criticada por favorecer o combate ferrenho da liberdade individual e a defesa de indivíduos que se conformem cegamente aos coletivos sociais, isto é, que tenham idolatria pela comunidade social e abram mão de sua felicidade para a realização plena da sociedade:

Comte pediu, como precursor do que viria ser a palavra de ordem do fascismo, que os interesses egoístas se subordinassem aos “sociais” [...]. Sempre que se ouviu os sociólogos clamando contra o egoísmo, tratava-se, de fato, de querer convencer os homens de que não deviam empenhar-se na busca da felicidade. (Horkheimer e Adorno, 1978, p. 51)

A liberdade social não devia ser conquistada com base na subsunção do indivíduo. Nesse caso, a liberdade é o direito a essa dissonância. A conquista da humanidade não devia sacrificar o indivíduo, embora seja isso que esteja acontecendo na atualidade quando, em nome do progresso, cabe a ele a privação necessária, quando o capitalismo obriga o indivíduo econômico a lutar implacavelmente pelos interesses do lucro, esquecendo o próprio ideário liberal que afirmava sua autonomia.

Mesmo que indivíduo e sociedade estejam imbricados, cada vez mais a cisão entre eles vem se tornando real, uma vez que não há o reconhecimento dos indivíduos na sociedade da qual fazem parte, e ela, por sua vez, impõe suas forças aos indivíduos, negando-lhes condições e oportunidades de diferenciação. Mesmo que os indivíduos não se constituam fora da sociedade, e que ela não exista sem indivíduos, como mediação de processos educacionais de indivíduos, a sociedade desenvolve cada vez mais a consciência, como se fosse uma mônada.

Todavia, sob pena de perder o que é essencial na análise, essas duas instâncias não podem ser separadas ou reduzidas. Apesar

de ser um conceito posterior à sociedade, portanto categoria social, o indivíduo, ao incorporar o social como sua substância, é também o seu contrário, pois pode modificá-la. A liberdade individual só se faz no momento em que o indivíduo, compreendendo-se como ser social, se diferencia, ou seja, o direito do homem à liberdade não se baseia na união do homem com outro homem, mas, pelo contrário, na separação do homem em relação a seu semelhante (Marx 2004). Dessa maneira,

a mera existência natural do indivíduo já está mediatizada pelo gênero humano e, por conseguinte, pela sociedade; [...] o indivíduo surge quando estabelece o seu eu e eleva o seu ser-para-si, a sua unidade, à categoria de verdadeira determinação. (Horkheimer e Adorno 1978, pp. 51-52)

Nesse sentido, “as diferenças específicas dos indivíduos são tanto estigma da pressão social como cifras da liberdade humana” (Adorno 1986, p. 43). Antes de ser indivíduo e de chegar à autodeterminação, o homem é um dos semelhantes. O homem só encontra sua natureza humana quando mediado pela sociedade e pela cultura e é função dessas converter a natureza biológica em natureza humana.

De acordo com Adorno (1996), a cultura não pode ser imediatamente tratada como algo da liberdade ou como aquilo que existe no concreto da vida dos homens. De um lado, a cultura como liberdade revestiu-a de certo tabu e a converteu em um valor, um fim em si mesmo. A cultura não pode ser sagrada nem enaltecida de forma metafísica, pois isso terminaria obscurecendo a sua conexão com o real. Essa elevação já traz, ao mesmo tempo, virtualmente confirmadas, sua impotência e sua desvinculação da vida dos homens que ficam entregues a relações existentes. A formação que se esquece disso descansa em si mesma e se absolutiza.

De outro lado, nos casos em que ela é entendida como acomodação à vida existente, a cultura destaca o momento da

adaptação e impede que os homens se eduquem uns aos outros, o que reforça uma precária socialização. Nesse caso, a cultura possibilita pouca diferenciação entre indivíduo e sociedade, é entendida como conformação à vida concreta e destaca unilateralmente a integração social sem precedentes. Quando se quer suplantar a ilusão subjetiva pelo poder dos fatos, a objetividade da verdade acaba tornando falsa a sua própria essência. O indivíduo tem de se submeter, mostrar uma autolimitação diante do existente e, nesse caso, a adaptação imediata não ultrapassa a sociedade que se mantém cega. Dessa forma, os dois momentos devem ser tensionados, a fim de não permitir a hegemonia de apenas um lado, o que prejudica o elevar-se, por decisão individual, acima do positivo ou do dado.

Freud (1930[1987]), ao discutir a estrutura psíquica crivada pela cultura, possibilita apreender os mecanismos de singularização que se criam e recriam em determinadas particularidades históricas, e ao investigar a vida psíquica considerando os processos de internalização, dispõe a possibilidade de apreender a relação indivíduo e sociedade na sua concretude.

Em Freud (1930[1987]) a constituição psíquica está referida à cultura e revela os conflitos entre as demandas pulsionais e as demandas que se objetivam a partir da regulação das relações sociais entre os indivíduos. Nesse sentido, há fertilidade da psicanálise na elucidação dessa temática, porque ela se refere a um indivíduo portador de dimensões psicossociais, resultado de um movimento recíproco e solidário entre indivíduo e cultura.

A par de a estrutura psíquica referir-se aos aspectos particulares do indivíduo, aos aspectos que o diferenciam em relação aos demais indivíduos, esses aspectos estão carregados, por sua vez, da existência do outro, outro que originariamente lhe é externo mas que, internalizado, passa a constituir-lo. O processo de internalização que conforma a estrutura psíquica revela uma dinâmica entre o que é interno e o que é externo, e essas relações são mediadas pela cultura. Estão em causa, portanto, a constituição e o desenvolvimento do indivíduo (Freud 1921[1996]).

O estudo do indivíduo não pode referir-se, assim, à discussão de uma existência em si mesma, pois ele se confronta subjetiva e objetivamente com outros indivíduos e se forma nessas relações, no campo da sociabilidade, da cultura. A cultura é a realidade na qual a subjetividade se constitui e apresenta os elementos que viabilizam tanto a sua existência como a dos outros. Nesse sentido, a relação indivíduo e sociedade diz respeito à transformação e desenvolvimento da cultura. Horkheimer (1990), alerta para a necessidade de um conceito dinâmico de cultura e, nessa dinâmica, a possibilidade de compreensão tanto do desenvolvimento psíquico quanto do desenvolvimento da sociedade, numa relação de reciprocidade.

Essa relação entre indivíduo e cultura é apontada por Freud (1930[1987]) ao discutir o desenvolvimento psíquico e as suas modificações ao longo da história da humanidade. Assim, a “mente humana” se desenvolve em consonância com os avanços da civilização, da ciência e da tecnologia. Essa tese freudiana coloca o debate sobre a constituição psíquica numa perspectiva dinâmica e permite arguir configurações psíquicas e sociais, pois revela a relação entre o desenvolvimento da cultura e o da constituição psíquica.

É nessa perspectiva que também Horkheimer (1990) afirma que a cultura deve ser compreendida, por um lado, referida a cada época, a cada contexto de seu desenvolvimento e, por outro, em conexão com as épocas que a antecedem:

Para compreender o problema porque uma sociedade funciona de determinada maneira, porque ela é estável ou se desagrega, torna-se necessário, portanto, conhecer a respectiva constituição psíquica dos homens nos diversos grupos sociais, saber como seu caráter se formou em conexão com todas as forças culturais da época. (Horkheimer 1990, p. 180)

Desse modo, a apropriação da cultura permite criar traços distintos daquilo que a compõe e possibilita ao homem uma consciência sobre os aspectos externos e internos que o constituem. Se a cultura forma o indivíduo de acordo com os preceitos da dominação, negando a diferenciação, a qual constitui o seu fundamento, ela forma deformando.

A contraposição entre indivíduo e sociedade permite a singularidade. Esse processo, porém, não está ocorrendo, pois há apenas uma aparência de singularidade. Nessa sociedade, a identidade, por representar a integração a uma sociedade injusta, é ideologia e mantém o mito. A lógica da identidade leva os homens a serem sempre os mesmos, negando-lhes a diferenciação e a própria característica humana de ser diverso no genérico, de ser indivíduo.

Nessa realidade, para entender o entrelaçamento entre indivíduo-sociedade não basta apelar para a dialética, antes é necessário apontar que no contexto da sociedade do capital essa relação está marcada pela supremacia da sociedade sobre o indivíduo. Em consequência, é possível tecer duas considerações: os componentes “irracionais” que habitam o interior dos indivíduos têm sua origem na “irracionalidade” da própria realidade; e a singularidade está transformando-se em ideal porque as condições dadas pela sociedade cada vez mais impedem a sua realização.

As teorias psicológicas têm, muitas vezes, tratado de modo abstrato e naturalizante essas realidades e, ao desconhecer o movimento dinâmico presente na vida social na qual o indivíduo se constitui, lançam as bases para a compreensão apenas da dimensão individual, apartadas das relações essenciais que o indivíduo estabelece com os outros homens em determinadas condições históricas e sociais.

A história da psicologia evidencia, de um lado, a forte predominância das teorias objetivistas, que se ocupam do estudo do indivíduo sobreposto às mediações sociais, consolidando a tese da sua independência em relação à sociedade. Naturalizam os fenômenos sociais e humanos, refletindo uma das mais fortes

orientações de cunho positivista. Tais teorias apresentam uma visão fragmentada do indivíduo, independente das condições históricas que o produziram, e são funcionais à sociedade e à economia liberal.

Em reação a essa tendência objetivista, outra tendência se apresenta nas teorias psicológicas: a humanista. Ao eleger a centralidade dos aspectos subjetivos como forma de denunciar a perda do sujeito nas concepções mecanicistas e objetivistas, a psicologia Resende (2003), ao discutir como a temática da relação indivíduo e sociedade é historicamente tratada no campo da psicologia, aponta a sua compreensão dicotômica e reducionista. As teorias psicológicas filiadas à tradição positivista, nas suas várias vertentes, ao fundar as suas análises no indivíduo exclusivamente por suas externalizações, não explicitam as relações entre realidade objetiva e realidade subjetiva e obscurecem a apreensão da dinâmica desse processo. “Nesse caso, por impossível de ser aferida, refutada, experimentada, a subjetividade é convertida em pura expressão objetiva, numa acepção isolada da práxis” (Resende 2003, p. 312). E dessa forma, a psicologia acaba por definir mecanicamente relações que são concretas e históricas. Por outro lado,

O reducionismo desse recorte e dessa concepção da psicologia aplana a estrada que leva a uma outra vertente do reducionismo psicologista que compreende um subjetivismo sem sujeito, uma individualidade abstrata, um individualismo equivocado porque particularista. (Resende 2003, p. 313)

Num sentido amplo, é possível afirmar que muitas das teorias psicológicas apontam, de um lado, para a predominância do ideário positivista com sua “objetividade sem sujeito” e, de outro, para o idealismo com sua “subjetividade sem objeto” (Resende 2003, p. 321).

Essas concepções, a par de se ancorarem em princípios explicativos diferentes, acabam por reiterar a cisão entre realidade objetiva e realidade subjetiva.

Assim, ao conceberem indivíduo e sociedade como realidades independentes e autônomas, essas tendências assentam uma visão formal e abstrata dessa relação. Sass (2000) afirma a convergência das teorias psicológicas em fomentar a cisão entre indivíduo e sociedade, a par de princípios epistemológicos distintos, e essa cisão é real e não pode ser imputada a uma “falha teórico-conceitual”: “Constatar que a cisão entre indivíduo e sociedade, entre inteligência e personalidade, é real e implica admitir que as teorias psicológicas nada mais fazem do que refletir aquela cisão” (Sass 2000, p. 6). Ao discutir a relação entre essa cisão e o “descarte da teoria”, afirma que essas indagações,

(...) contêm apenas a aparência de uma radicalidade lógica; a rigor é destituída de todo conteúdo histórico que a ciência moderna carrega, pois, se há teorias sociais que tão somente reproduzem as estruturas sociais que as fundamentam, cumprindo apenas o designio ideológico de deixar intocadas tais estruturas, é exatamente porque estão esvaziadas do componente decisivo que está na origem da aceção moderna da teoria: a crítica ao objeto da teoria. Como toda teoria social, a crítica deve ser voltada para a sociedade, caso contrário, serve apenas à reprodução. Na história moderna das ciências, encontra-se essa perspectiva crítica a partir das obras de Marx e Freud, dentre outros, na teoria da sociedade elaborada pelos autores da Escola de Frankfurt (Sass 2000, p. 6)

No Brasil, a psicologia tem se configurado, especialmente a partir do século XX, como um campo de conhecimento privilegiado no trato das questões educativas. Essa vinculação se estabelece em patamares diferenciados implicando tempos, conteúdos e formas distintos. Assim é que, mesmo antes da institucionalização da psicologia enquanto ciência no Brasil, os primeiros desenvolvimentos da ciência psicológica vão se estabelecer primeiramente no campo da educação. Os desenvolvimentos posteriores da relação entre psicologia e educação não diminuíram a estreita vinculação

entre ambas. A educação se constitui na morada inicial das ideias psicológicas. No processo de constituição e institucionalização da psicologia, foi particularmente importante a investigação acerca dos processos educativos e de socialização que se estabelecem e se desenvolvem tanto na família quanto nos grupos, nas instituições, na escola, entre outros.

No mesmo processo, de outra perspectiva complementar e subsidiária, a relação entre psicologia e educação se efetivou na esteira da elaboração, sedimentação e legitimação de um determinado tipo de procedimento da razão, que vai se alastrando e se consolidando por dentro do campo próprio da educação.

Na verdade, longe de ser harmoniosa, como pode parecer, a relação psicologia e educação é crivada de conflitos, atribuindo-se à psicologia, muitas vezes, a reponsabilidades pelas mazelas da educação ou, ainda, que a psicologia tem reduzido o campo educacional a questões psicológicas, estabelecendo frequentemente um viés na leitura e no tratamento das questões educacionais.

Nesse percurso, a psicologia, que se constitui inicialmente por dentro do campo teórico e prático da educação, passa a informar de maneira substantiva as teorias e políticas educacionais. Essa imbricação da psicologia com o campo da educação pode ser apreendida na ênfase dada (pela educação) aos processos de desenvolvimento e aprendizagem a partir dos diversos enfoques teórico-metodológicos (da psicologia). Da mesma forma ocorre com o uso do aparato teórico da psicologia como base e legitimação das políticas educacionais, das reformas curriculares e de estratégias de ensino, entre outros.

Se a psicologia tem informado de maneira sistemática a educação e isso pode ter significado desenvolvimentos importantes desse campo, essa relação tem sido muitas vezes criticada pelo viés psicologista do qual a educação se reveste quando, não raro, realidades sociais são reduzidas aos aspectos individuais. Isso porque as teorias psicológicas que informam o campo educacional, em sua maioria, enfatizam o estudo do indivíduo e da individualidade

omitindo as determinações sociais sobre o psiquismo, em que o princípio explicativo de constituição do indivíduo se sobrepõe ao contexto social e histórico. Dessa forma, a psicologia estuda um indivíduo abstrato, naturalizado, constituído a priori, no qual se dissimulam as relações de dominação política e exploração econômica e se negam a condição de classes e as determinações que possibilitam a sua compreensão como ser eminentemente social, concreto e histórico. Nessa perspectiva, a psicologia contribui de maneira definitiva para a manutenção de um fundamento ideológico da sociedade capitalista: o individualismo (Miranda 1999).

Para além da crítica necessária ao risco desse psicologismo, a relação com a educação deve ser apreendida preliminarmente sobre dois grandes eixos que se complementam: de um lado, a psicologia tem nos processos educativos um objetivo privilegiado de análise e, de outro, se constitui como a ciência, senão de sustentação, pelo menos de inspiração da maioria das propostas educacionais, ao ocupar o cotidiano dos professores, ganhando força e intensificando suas contribuições para esse campo.

É nesse contexto que é necessário recolocar a questão da relação da psicologia com a educação e, fundamental e criticamente, recuperar as contribuições das teorias que não dicotimizam a relação indivíduo e sociedade, que não neguem a distinção dessas realidades, que não se excluem e carregam em si componentes de tensão e conflito. Reafirma-se, assim a importância da apreensão dessas realidades na história e em reciprocidade, mas “(...) o elemento subjetivo no conhecimento dos homens não é a sua arbitrariedade, mas (...) é sua própria história, que deve ser compreendida em conexão com a história da sociedade” (Horkheimer 1990, p. 29).

A história é o fundamento do processo de humanização e refere-se a relação entre indivíduo e sociedade em particularidades históricas concretas. Nessa perspectiva, entrelaçam-se a relação entre o que é singular, particular e universal; entre o que é objetivo e subjetivo, material e espiritual, objetivo e subjetivo, psíquico e cultural.

É nessa perspectiva crítica que se propõe investigar os processos psíquicos culturais enquanto realidades em reciprocidade, em uma perspectiva que se contrapõe às teorias ainda prevalentes no pensamento contemporâneo, que apreendem a relação indivíduo e sociedade como dicotômica e convertem essas realidades em abstrações.

Dessa maneira, os autores reunidos nesta obra, em diferentes abordagens, buscam evidenciar e discutir a relação entre psicologia e educação, compreendendo que a contribuição da psicologia na educação é importante, sobretudo na crítica dessa relação. Se por um lado, estes trabalhos evidenciam as inúmeras possibilidades e perspectivas da psicologia na educação, por outro lado, estimulam uma reflexão crítica dos conhecimentos da psicologia que estão dispostos no terreno educacional.

Este livro discute a relação entre psicologia, cultura e educação, a partir de diferentes abordagens teóricas e pretende dar continuidade a produção de conhecimento do livro de 2008, organizado por Marília Gouveia de Miranda e Anita Cristina Azevedo Resende, *Escritos de Psicologia, Educação e Cultura*, pela UCG-GO. As temáticas e objetos problematizados nesse livro são questões pertinentes ao Núcleo de Estudos e Pesquisas em Psicologia, Educação e Cultura – NEPPEC, existente desde 2001 na Faculdade de Educação da UFG. O NEPPEC integra pesquisas sobre as relações entre a Psicologia, a Educação e a Cultura, e envolve professores e alunos de graduação e de pós-graduação (mestrado e doutorado) e pesquisadores de outras IES.

A produção do conhecimento desse livro está vinculada as três linhas de Pesquisa do NEPPEC: *Psicologia e Educação*, que compreende a relação entre psicologia e educação e suas implicações para o desenvolvimento de teorias, concepções e práticas no campo da educação e da análise das possibilidades e limites dessa relação; *Subjetividade e Cultura*, que envolve os processos educativos no sentido ampliado de sociabilidade humana com interlocução com outras temáticas que se constituem e se explicitam na cultura do

mundo contemporâneo e *Psicanálise e Contemporaneidade*, que propõe estudar a teoria freudiana e seus desenvolvimentos no debate atual, constituindo um espaço de estudo e questionamento que retoma a relação teoria-prática e o estudo sistemático da psicanálise nas suas coordenadas histórica, epistemológica e metapsicológica. Essa linha objetiva ainda desenvolver pesquisas no campo da psicanálise e sua relação com as questões contemporâneas, aprofundando o estudo e a apreensão da teoria psicanalítica freudiana, analisando as contribuições e a fertilidade da teoria freudiana para a compreensão do indivíduo na atualidade.

O debate travado no livro também faz vinculação com a linha de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação da FE-UFG, *Fundamentos dos Processos Educativos*, que aborda os fundamentos teóricos e epistemológicos do campo da educação tais como Filosofia, Psicologia e a compreensão da sociedade, da cultura e da educação, oferecendo bases para a crítica da produção teórica no campo da educação e para o debate de seus fundamentos e de suas implicações nas ações educacionais. O sentido da existência humana, da vida coletiva, das instituições, dos processos educativos e mediações psicossociais de constituição de subjetividade e de individuação, bem como da escola básica e da universidade, também são temas que permeiam os estudos dessa linha.

Com o objetivo de refletir e aprofundar o debate sobre essas questões e de criar um intercâmbio com outras instituições e programas de Pós-Graduação para o aprimoramento do conhecimento, esse livro contou com pesquisadores ligados ao NEPPEC e a Linha de *Fundamentos dos Processos Educativos* da Pós-graduação em Educação da FE-UFG, e com pesquisadores de outras instituições que apresentam preocupações investigativas similares, inseridos em programas de pós-graduação, e que participaram de seminários promovidos pelo NEPPEC. Desse modo, são dezoito autores e quatro instituições, UFG, UFMG, IFBAIANO e PUC-GO, que em interlocução, partilham desse livro.

Para melhor orientação, esse livro divide-se em três eixos temáticos. O eixo *Formação, Cultura, Estado e Subjetividade*, compreende os processos educativos no sentido ampliado de sociabilidade humana com interlocução com outras temáticas que se constituem e se explicitam na cultura do mundo contemporâneo. Essa seção possui seis capítulos. No primeiro capítulo, “O *ethos* da Teoria Crítica”, Rodrigo Duarte, objetiva reconstituir o ponto de vista sobre a relação entre ética, prática social e conhecimento científico na “Teoria Crítica da Sociedade”, prioritariamente, a partir do texto “Teoria tradicional e teoria crítica”. Em “Razão e des-razão ou como sair vivo daqui?”, Anita C. Azevedo Resende discute, a partir de pesquisas realizadas no Núcleo de Estudos e Pesquisas em Psicologia, Educação e Cultura (NEPPEC/FE/UFG), as contrafaces do racionalismo/irracionalismo e a dinâmica subjetiva como elemento fundante da adesão ao irracionalismo. Dessa perspectiva, argui as condições e possibilidades de um programa de formação que, para além da profissionalização funcional à lógica mercantil, institua a relação com aprendizes da ciência psicológica. Em “Capitalismo dos monopólios e indústria cultural: formação do sujeito sujeitado”, Juliana de Castro Chaves busca realizar o entendimento do dinamismo da sociedade capitalista, da relação entre capital e cultura e discute a Indústria cultural como manifestação e consolidação da racionalidade do capital para a semiformação. O capítulo “Dialética histórica da cultura. Um comentário crítico ao texto *Teoria da semiformação*, de Theodor Adorno”, escrito por Verlaine Freitas, faz uma análise crítica e histórico-filosófica do conceito de formação e de sua decadência – segundo princípios de sua própria lógica de constituição – em uma pseudoformação, uma pseudocultura. Leilyane Oliveira Araújo Masson e Maria Fernanda Fernandes da Silva, em “A psicanálise freudiana frente aos desafios da clínica na contemporaneidade”, realizam discussões acerca dos desafios, possibilidades e limites da clínica psicanalítica na contemporaneidade e confronta os fundamentos teórico/técnicos da psicanálise freudiana com as novas propostas de intervenção clínica

no campo da psicanálise. Finalizando essa seção, Maria Augusta Peixoto Mundim, em “A justificação ideológica do Estado burguês: algumas considerações a partir de Hobbes, Rousseau, Locke e Tocqueville”, compreende a justificação ideológica da origem e manutenção do estado liberal e democrático burguês. A discussão ilumina a compreensão e os desdobramentos dessa perspectiva no movimento de atuação e intervenção estatal ao longo do século XX e no atual movimento de reformas e redefinição do papel do Estado no limiar do século XXI.

O segundo eixo denominado *Psicologia e Educação* se define por estabelecer relação entre psicologia e educação e suas implicações para o desenvolvimento de teorias, concepções e práticas no campo da educação e da análise das possibilidades e limites dessa relação. No capítulo inaugural desta temática, em “A psicologia como instância formativa”, Marília Gouvea de Miranda elabora uma reflexão acerca do papel formativo da psicologia, propondo que esta seja uma instância crítica, e não adaptativa à realidade. Na sequência, Sheila Daniela Medeiros dos Santos, no capítulo intitulado “Armadilhas e ilusões dos livros de autoajuda infantil na educação escolar” analisa o impacto dos livros de autoajuda infantil na constituição do sujeito leitor na educação escolar. Como as crianças da educação infantil percebem a escola? É uma questão investigada por Ana Rita Silva Almeida e Romilson Lopes Sampaio, tendo como fundamentação teórica os estudos de Henri Wallon, em “A escuta de crianças sobre suas emoções na escola”. Aliás, uma outra abordagem sobre a teoria walloniana está presente no capítulo de Soraya Vieira Santos, intitulado “Os domínios funcionais na teoria de Wallon: uma possibilidade de pensar a personalidade não fragmentada” no qual investiga os esforços teóricos do autor no sentido de compreender o desenvolvimento humano como não fragmentado. Em seguida, Virginia Sales Gebrim, em “As conexões da psicologia na educação: a perspectiva de Thorndike” busca a compreensão das origens da psicologia no campo da educação, recuperando um dos caminhos que, certamente, contribuiu para

a formação da identidade da Psicologia no campo educacional: a concepção de Psicologia como Ciência da Educação realizada por Edward Lee Thorndike, no início do século XX. Finalmente, Edna Mendonça Oliveira de Queiroz e Gina Glaydes Guimarães de Faria debruçam-se sobre as ações afirmativas presentes nas Universidades brasileiras, por intermédio de uma pesquisa denominada “Ações afirmativas e trajetórias acadêmicas: dilemas e desafios dos estudantes na UFG”. Para as autoras, nesta investigação “interessa perquirir sobre a implementação dessas ações nas universidades, especialmente no que tange aos processos constitutivos das experiências acadêmicas destes estudantes”.

O eixo *Formação de professores* se delineia por fazer uma análise das perspectivas teórico-metodológicas da formação de professores. Os capítulos desse eixo buscam explorar aspectos essenciais que envolvem o processo educativo, como a relação teoria e prática, tratada por Luelí Nogueira Duarte e Silva, em “A relação teoria e prática nas abordagens contemporâneas de formação de professores: uma análise crítica”. Neste estudo, a autora elabora uma reflexão crítica sobre as diversas abordagens teóricas que tem sido veiculadas na formação de professores, que, via de regra, buscam superar a dicotomia entre teoria e prática e seus mais diversos desdobramentos. Em seguida, Geisa Nunes de Souza Mozzer e Paulo Winícius Teixeira de Paula, no artigo “Educação e imprensa: o movimento docente projetado pela *Folha de S. Paulo* no período de abertura política no Brasil – história e perspectivas”, trazem à tona o noticiário publicado por um dos maiores veículos de informação diária no Brasil, acerca do movimento docente no período de “abertura política”, capitaneado pelo General Ernesto Geisel. Segundo os autores, “A escolha da imprensa, como principal fonte dos dados para esta pesquisa, levou em conta o papel que ela desempenha como informadora e, mais do que isso, formadora da opinião pública”. E, por fim, a formação do professor de psicologia e sua atuação no Ensino Médio, é o objeto de investigação do artigo de Jordana de Castro Baldino e Luelí Nogueira Duarte e Silva,

intitulado “O Pibid de Psicologia no Ensino médio: a formação do professor em questão”. Como lembram as autoras, a formação de professores, e, aqui especificamente professores de psicologia com a atuação no ensino médio, colocam mais um desafio nas relações entre psicologia e educação.

A organização desse livro só foi possível devido ao apoio do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da UFG. Nesses termos, agradecemos e reconhecemos a relevante contribuição que o programa vem dando no que diz respeito ao fomento, estabelecimento de debate, produção e difusão de conhecimentos.

Todas essas contribuições de diversas áreas, visam proporcionar aos leitores, estudantes, professores, profissionais de psicologia e pedagogia e pesquisadores, uma reflexão crítica sobre as relações entre indivíduo e sociedade. Pretende-se neste livro abastecer e estimular o debate de ideias, de propostas. O que esperamos é que estes textos possam funcionar como um elemento que deflagra, incita e provoca análises e discussões.

Juliana de Castro Chaves
Mona Bittar
Virginia Sales Gebrim

Referências bibliográficas

- ADORNO, Theodor W. (1986). “Acerca de la relación entre Sociología y Psicología”, *in*: JENSEN, H. (org.) *Teoría crítica del sujeto*. Tradução de Henning Jensen. Buenos Aires: Siglo XXI, pp. 36-83.
- _____. (1996). “Teoria da semicultura.” *Educação & Sociedade*, ano 17, nº 56, Campinas, pp. 388-411, dez.

- FREUD, Sigmund (1921[1996]). *Psicologia de grupo e análise do ego. Obras completas*, vol. XVIII. Rio de Janeiro: Imago.
- _____. (1930[1978]). *O mal-estar na civilização*. São Paulo: Abril Cultural. (Coleção Os Pensadores)
- HORKHEIMER, Max (1990). *Teoria crítica: uma documentação*. São Paulo: Perspectiva: Ed. da USP.
- _____. (2000). *Eclipse da razão*. São Paulo: Centauro.
- HORKHEIMER, Max e ADORNO, Theodor (orgs.) (1978). *Temas básicos de Sociologia*. São Paulo: Ed. Cultrix.
- HORKHEIMER, Max e ADORNO, Theodor W. (1985). *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Tradução Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- MARX, Karl (2004). *Manuscritos econômicos-filosóficos*. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo.
- MIRANDA, Marília G. de (1999). “Psicologia do desenvolvimento – o estudo da construção do homem como ser individual.” *Educativa*, vol. 2, Goiânia, pp. 45-63 jan/dez.
- SASS, Odair (2000). “Educação e psicologia social – uma perspectiva crítica.” *Perspectiva*, vol. 14, nº 2, São Paulo, abril/jun.
- RESENDE, Anita C. A. (2003). “Subjetividade e Educação: um não-tão-novo desafio para um não tão-novo tempo.” *Educativa*, Goiânia, vol. 6, nº 2, pp. 311-321, jul/dez.